

POLITICA

ALÉM DA NOTÍCIA

Sarney nega crise

O presidente Sarney reconhece a existência de dificuldades para o Governo, mas rejeita qualquer alusão à palavra crise, na medida em que esta faz supor que o regime está num canto do ringue, recebendo golpes assestados por uma conjunção de adversários, vindos da direita, da esquerda, e do centro do ringue. Não há, da parte do presidente Sarney, conforme nos dizia ontem à tardinha um de seus assessores próximos, qualquer visão catastrófica dos problemas, a identificar uma conspiração para apagar-lhe do poder, através da redução de seu mandato.

É claro que existem, aqui e ali, insatisfações que o Palácio do Planalto vai captando. São inconformismos na área empresarial, política e militar diante da estratégia econômica do Governo. A opinião pública, juntando os segmentos da classe média com os ricos, remediados e pobres, demonstra sua insatisfação a quem anda pelas ruas, quem toma elevadores, quem enfrenta filas de supermercados.

O Governo, no entanto, não quer ainda admitir a existência de dificuldades irreversíveis e fatais. A crise está na cabeça de cada um, ou nas letras de fôrma da imprensa. É uma simplificação algo arriscada de professar, pois se é verdade que não há crise, o Governo insiste em cometer erros administrativos graves, sobretudo na área do abastecimento e dos preços, que reprimem a livre capacidade de iniciativa, contêm os investimentos, e anulam a vontade de empreender.

Não há crise, mas fala-se muito mal do Governo, em todas as áreas e em todas as horas. Aliás, narra o governador José Aparecido, contando a saga mineira, que falar mal do Governo é coisa tão boa que os governantes não devem dar tal prazer a seus adversários.

BRASÍLIA, CAMPANHA PARA O FUTURO

O governador José Aparecido está empenhado em se tornar o narrador da capital federal voltada para o ano 2000. Equipando Brasília da infraestrutura indispensável para sua modernização, quer antecipar, desde já, o retrato da futura grande metrópole, através de depoimentos de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e Burle Max, captados por uma campanha de testemunhais que lançará ao conhecimento dos públicos interno e para a opinião pública internacional.

BARREIRA CONTRA JOSÉ HUGO

A indicação do ministro José Hugo Castelo Branco para a Companhia Vale do Rio Doce estaria sendo contestada pelo governador Newton Cardoso, que não deseja fortalecer um quadro do PMDB que não aderiu à sua candidatura, através da presidência da maior estatal brasileira. É para o Banco do Brasil o Ministro também vê bloqueada sua indicação, devido ao risco que o presidente Sarney sofrerá de uma verdadeira rebelião no PFL.

AURELIANO SORRI, DEPOIS DO CACO

Após enfrentar os estudantes do velho Caco, no Rio, o ministro Aureliano Chaves, já em Brasília, sorria ao relembrar os acontecimentos. Ele também já foi estudante.

LEONARDO MOTA NETO

Ameaças ao Governo

O presidente Sarney tem motivos de sobra para se preocupar com a estabilidade de seu Governo. Ele tem uma base política e parlamentar extremamente instável e não conseguiu estabelecer alianças sociais. O agravamento da crise econômico-financeira, a volta da inflação, a inquietação social através da cadeia de movimentos grevistas contribuíram para acelerar os desgastes do Governo na opinião pública, tornando ainda mais instável sua base de apoio político.

O PMDB deu apoio apenas retórico à política econômica que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, vem executando à frente do Ministério da Fazenda. No encontro de cerca de quatro horas que o ministro manteve, antontem pela manhã, com a bancada do PMDB, não se ouviu uma palavra de apoio ao Governo ou à sua política econômica, mas apenas queixas e mais queixas contra juros, inflação, custo de vida etc. etc.

O senador Afonso Camargo Neto, do Paraná, talvez tenha sido o parlamentar que melhor exprimiu a timidez com que seu partido apóia o Governo ao recomendar que o ministro procurasse "empanturrar" o povo de esclarecimentos a fim de contar com o apoio do PMDB. Em outras palavras, o PMDB apóia o Governo se o Governo conquistar o apoio do povo — tão difícil numa hora dramática como esta que o País atravessa.

Sem uma estável base política, o Governo sofre uma perigosa investida de setores poderosos. A começar pelos banqueiros internacionais, que ainda não engoliram a decisão do Governo de suspender o pagamento do serviço da dívida externa e manobrar por baixo do pano para derrubá-lo. Os grandes jornais do País são acusados de refletir essa campanha sub-reptícia dos banqueiros estrangeiros, através de notícias e editoriais procurando apontar o Governo como irresponsável.

Ainda à direita do espectro ideológico, outra força procura se articular para derrubar o Governo. São os saudosistas da Velha República de todos os matizes, civis e militares, que procuram capitalizar a insatisfação social com a crise. O almoço comemorativo do golpe de 31 de março, reunindo os generais João Figueiredo, Sílvio Frota, Walter Pires, Euclides Figueiredo, Délio Jardim de Matos, entre outros, contou à sobre-mesa com um furibundo discurso do general Sebastião Ramos de Castro, uma figura bastante conhecida da chamada comunidade de informantes.

É como se não bastassem tantos problemas, Sarney ainda enfrenta a inquietante onda de greves comandada principalmente pelo braço sindical do Partido dos Trabalhadores, a CUT, que começa a conquistar espaços na tela sindical brasileira à custa do Partido Comunista Brasileiro.

O Presidente está justificadamente preocupado com as 2.400 greves realizadas no País no ano passado — e com o seu prosseguimento este ano. E se inquieta mais ainda quando verifica que não conta com uma base política estável, que conheça os problemas do Governo e se interesse em defendê-lo.

Para verificar isto basta assistir a uma reunião plenária da Constituinte, em cujo "pinga-fogo" sucedem-se as críticas a diferentes aspectos da atuação do Governo. Alguns políticos mais experientes não escondem o receio de que essa falta de apoio político acabe jogando o Governo, de pés e mãos atados, nos braços dos militares.

TARCISIO HOLANDA

Ulysses nega notícia de golpe contra Sarney

"Não tenho nada a declarar sobre o que não existe. Isso é de grande irresponsabilidade e merece ao País e ao próprio regime democrático". Foi assim que o presidente do PMDB, da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, reagiu à denúncia de que estaria interessado na desestabilização do presidente José Sarney.

No início da tarde, Ulysses Guimarães entrou em contato com o Comitê de Imprensa da Câmara, informando aos jornalistas credenciados que o presidente José Sarney lhe telefonara, para dizer que "não há o menor fundamento na notícia divulgada pelo CORREIO BRAZILIENSE". Para o presidente do PMDB, "notícias como essa têm origem em áreas que se opõem à democratização do País".

O líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas, também citado como um dos interessados na desestabilização do presidente José Sarney, disse que "uma matéria desse tipo, envolvendo terceiros, deve-



Ulysses recebeu telefonema de Sarney e informou

ria, no mínimo, citar a fonte".

Observando que a posição de Ulysses Guimarães não é diferente, o senador Mário Covas negou qualquer fundamento à notícia,

argumentando que o seu trabalho, assim como o do presidente do partido, é pela estabilidade do Governo de transição democrática.

O líder do PMDB na Constituinte vê como normal que o partido discuta a duração do mandato do presidente José Sarney, que ele, particularmente, acha que deve ser de quatro anos: "Essa é minha posição pessoal, manifestada com toda clareza, mesmo antes de ser eleito senador, e não tem qualquer objetivo de desestabilizar o Governo".

O deputado Antônio Brito disse que leu a matéria, mas não viu o fato. E observou que, embora seja favorável ao mandato de cinco anos, o tempo de governo do presidente Sarney será definido, também, de acordo com a conjuntura do País: "Em que país isso será votado? Nós sabemos o mês — setembro ou outubro, mas que país teremos então?"

Constituinte debate desestabilização

"O Governo busca bodes expiatórios para justificar sua incompetência", declarou ontem o deputado Ademar de Barros Filho (PDT/SP), ao repudiar matéria do CORREIO BRAZILIENSE em que o ex-governador pedetista do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, é acusado de haver "plantado" editorial no New York Times sobre ameaça de golpe militar no Brasil.

A matéria, que foi manchete de ontem no CORREIO com o título "Sarney denuncia golpismo e defende mandato de seis anos", teve grande repercussão na sessão plenária da Constituinte. Ao citá-la pela primeira vez, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB/PE) afirmou que a desestabilização é consequência da "falta de rumo" do Governo e apelou ao Presidente da República para que convoque ele próprio eleições diretas para 88.

— E inevitável que essa Casa decida por eleições diretas em 88. Se o Presidente assim o fizer, sairá con-

sagrado pela opinião pública — disse Maurílio Ferreira Lima, acrescentando que as vaías ao ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, por estudantes da Faculdade de Direito da UFRJ, antontem, foram reflexo da "falta de credibilidade total" nas instituições e não protesto contra a pessoa do Ministro ou ao partido que representa, o PFL.

SAÍDA: UNIÃO

"A CUT e o PT" — também apontados na matéria do CORREIO como desestabilizadores do Governo — "querem é fortalecer o processo democrático", assegurou o deputado Paulo Paim (PT/RS). Também ele acha que "quem está desestabilizando o Governo é a própria política do Governo". E Valtier Pereira (PMDB/MS), especifica: "Se o presidente José Sarney não conseguir derrubar as extorsivas taxas de juros, correrá o risco de ser derrubado pela agiotagem".

— A sinfonia do golpe es-

tá sendo tocada dentro e fora do País. Para abafar os primeiros acordes, impõe-se amplo entendimento entre a sociedade e o Governo — completa Perelra, manifestando-se certo de que a intranquilidade foi gerada a partir do momento em que o Governo contrariou o capital estrangeiro, suspendendo o pagamento dos juros da dívida, "em prol da dignidade do povo brasileiro".

A união dos partidos para contrapor às forças desestabilizadoras foi proposta também pelos comunistas. Fernando Santana (PCB/BA), admitindo que falta ao Governo um plano econômico-financeiro, disse que os governadores não têm interesse em desestabilizar o Governo e culpou os banqueiros internacionais e a grande imprensa, observando que a Vaia ao ministro Aureliano Chaves ganhou grande espaço nos jornais. Na sua opinião, é necessária que os partidos levem de volta às ruas bandeiras populares.

Do PC do B, Edmilson Valentim (RJ) propôs a

formação de uma "frente progressista rumo à consolidação democrática", a fim de deter o avanço "dos setores conservadores que hoje botam as mangas de fora". E quase na mesma linha, Lúcio Alcântara (PFL/CE), observando que "não estamos atravessando uma ponte; estamos sobre uma pinguela estreita e frágil", apelou para a união política em torno da sustentação do governo de transição.

— Quaisquer que sejam as divergências partidárias, temos que exercê-las dentro do espírito democrático — reforçou o deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB/PE), para quem a crise advém dos "20 anos de ditadura implacável". Mas também reservou parte da responsabilidade para a grande imprensa, que segundo ele não divulga como deveria os trabalhos da Constituinte e dá espaço para as vaías a Aureliano, de quem disse poder discordar politicamente, mas de cuja honradez só os insanos poderiam duvidar.

PL aposta em fortalecimento

O líder do Partido Liberal (PL) na Câmara, deputado Adolpho de Oliveira (RJ), não acredita que haja, entre os políticos, qualquer interesse em desestabilizar o Governo do presidente Sarney. "Ao contrário, todos nós desejamos o fortalecimento do poder civil".

O fracasso da política econômica, caracterizado pela alta de juros e o descontrole da inflação, é que, a seu ver, estão causando a impopularidade e o sentimento generalizado de desestabilização do Governo.

ENGANO

Amigo do presidente José Sarney há muitos anos, Adolpho de Oliveira entende que houve engano em lhe atribuírem a suspeita de que o deputado Ulysses Guimarães, o líder Mário Covas e o ministro Aureliano Chaves estejam procurando derrubar o Governo. "Os três são homens do melhor caráter e jamais agiriam dessa maneira. O Presidente os conhece e não creio que pensaria isto deles".

A insatisfação com o Governo decorre, enfatizou Adolpho de Oliveira, da total incompetência da política econômica, que está provocando reações em todo o País. "As passeatas, como a que ocorreu em minha cidade, Petrópolis, são contra essa política fracassada e que precisa ser modificada de imediato".

Ex-secretário-geral do MDB, Adolpho de Oliveira estranha a ênfase com que o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, diz ser do PMDB. "Não me lembro dele naqueles tempos difíceis. De qualquer forma, estou certo de que o PMDB pagará um preço muito caro por estar sustentando a atual política econômica do Governo", comentou.



Amaral Neto: o Governo tem sua Disneylândia no Palácio do Planalto

PDS denuncia "mundo de ilusão"

"O presidente José Sarney está totalmente perdido. Vive num mundo de ilusões e, por isto, criou sua própria Disneylândia no Planalto. Ele se sente injustiçado e vê conspiradores em todas as partes porque está cada vez mais isolado", observou ontem o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ).

O objetivo do Presidente da República com as denúncias sobre conspirações e golpes assemelha-se, no entender do líder do PDS, à guerra das Malvinas, provocada pelo general Galtieri, então presidente da Argentina. "Não há conspiração nenhuma e tudo não passa de uma invenção do presidente Sarney, que está apavorado".

As confissões do Presi-

dente da República, estampadas no CORREIO BRAZILIENSE, deixaram o líder do PDS muito preocupado. "Diria quase que um indicio de perturbação mental. Nunca vi nada parecido".

O fundamental de todas as manifestações está, a seu ver, no fracasso da política econômica, que vem "desgraçando" o País. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, continua fazendo promessas mirabolantes, inventando números falsos, enquanto a realidade brasileira está cada vez mais trágica, disse Amaral.

"Nesse Governo, os que criticam, são inimigos da Pátria. Ele está acostumado a elogios fáceis e, por isto, quer impedir as críticas de qualquer jeito. Acredito que acabará aplicando a

pena de morte em todos os que ousam afirmar que o rei está nu".

Amaral Neto aponta como outro indicio da instabilidade do Presidente da República o fato de que ele envolve, no processo conspiratório, desde o PDS até os partidos comunistas, atribui ao governador Leonel Brizola influência no jornal New York Times e compromete, com suas suspeitas, homens como Mário Covas, Ulysses Guimarães e Aureliano Chaves com seu Governo.

"Essa salada mista demonstra muito bem como é que está o pensamento do Presidente José Sarney. Tenho impressão de que ele se sente na casa dos horrores da Disneylândia", afirmou o líder do PDS.

Ação de Frota agora é com STF

Com parecer do subprocurador-geral da República, retornou ao Tribunal Federal de Recursos a queixa-crime apresentada pelo ex-ministro do Exército, general Sylvio Couto Coelho Frota, contra o procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves, hoje, senador da República.

Em seu parecer, o subprocurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvares, diz que tendo Francisco Leite Chaves assumido cadeira no Senado Federal, de acordo

com o art. 119, inciso I, letra "a", da Constituição, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os membros do Congresso Nacional.

Na queixa-crime, o senador Leite Chaves é acusado pelo general Sylvio Frota de, através da imprensa, atingir sua honra ao declarar que ele teria acobertado o versão de que terroristas teriam seqüestrado o ex-deputado Rubens Paiva.

Informa, ainda, o advogado, que o comandante do I Exército em 22 de janeiro de 1971 (dia do seqüestro de Rubens Paiva), era o general Syzeno Sarmento, o chefe do Estado-Maior era o general Carlos Alberto Cabral Ribeiro. E mais,

que o general Sylvio Frota assumiu interinamente o comando do I Exército em 30 de abril de 1971, passando-o para o general João Bina Machado em 24 de setembro de 1971 e pergunta: "Como se atribuir ao general Sylvio Frota o acobertamento de um crime ocorrido em 22 de janeiro de 1971?" O ministro Cláudio Scartezini, relator do processo, deverá estudá-lo e levá-lo a julgamento provavelmente na próxima semana, quando se decidirá se o mesmo deverá ser remetido ao STF.

Em defesa do contribuinte

AFIF DOMINGOS*

A sociedade brasileira tem-se articulado em torno dos mais variados interesses. Inquilinos, proprietários, consumidores, minorias raciais e todo um vasto espectro de segmentos que comungam afinidades ideológicas ou vínculos materiais somam-se, agora, ao protesto veemente e à organização dos contribuintes do fisco ganancioso e enganador.



Ao fazê-lo, por esta forma peculiar de associação, atropelou-se provisoriamente o sistema de representação parlamentar inibido diante do vulto do protesto, dos clamores generalizados de tantos, da imensa mole de prejudicados. Pobres ou ricos, trabalha-ores, empresários ou agricultores, ao sentirem-se lesados pelo Governo, protestam com veemência e articulam-se em defesa dos seus direitos. Não me refiro, tão-somente, às promessas demagógicas de que o Imposto de Renda não seria aumentado, não me atendo à falácia da "opção pelos pobres" mas, sobretudo, ao desrespeito à Lei Constitucional, à marginalização do Congresso Nacional, pois os aumentos praticados são o fruto de portarias que, na instância legislativa da Nova República, superam as disposições da Carta Magna.

A sociedade brasileira já não aceita que se lhe debitem os custos dos desajustes das contas governamentais.

Decididamente, os contribuintes já não têm onde tirar os recursos para o sustento dos desperdícios, dos subsídios e dos incentivos que engordam os poucos amigos à custa da miséria da sociedade. Oligopólios, monopólios estatais ou privados corporificam junto com os banqueiros e a estalocracia burocrática da máquina governamental a triade pesadíssima que se assenta sobre o terceiro estado produtivo.

A nova derrama, ironicamente, avizinha-se da linguagem colonialista revivida nos "cruzados", dos "ouvidores", em clima político de um déjà-vus que a história mostrou tantas vezes. Ocorre que, desta vez, não será o sangue do mártir o tributo pago à estabilidade política. A sociedade dos que trabalham vencerá, com toda a certeza!

O Movimento de Defesa do Contribuinte não ataca, não prega a desobediência civil, mas, defende-se, ao solicitar das autoridades constituídas a cota de bom senso que jamais lhes deveria faltar. O movimento de Defesa do Contribuinte deseja que o poder público preste contas de seus gastos com informações claras e fidedignas e que não se exceda no trato com o sagrado esforço dos contribuintes. Ele é um movimento cívico que não se opõe à tributação, mas aos exageros que levam os que trabalham neste País ao desespero diante da extorsão do fisco. O Movimento de Defesa do Contribuinte é, desse modo, um grande aliado do Governo, o seu ultra-ego que age como contrapeso no joço do poder.

Assim, quando a Associação Comercial de São Paulo e o Instituto dos Advogados de São Paulo decidiram unir-se na criação do Movimento de Defesa do Contribuinte, levaram em consideração as vozes de seus integrantes e as manifestações unânimes de muitos segmentos sociais como profissionais autônomos, assalariados, donas-de-casa, além de empresários de porte limitado e profissionais liberais. Da ideia à realização foi um passo. O Movimento de Defesa do Contribuinte recebe, neste momento, as adesões de todos os Estados. Juntam-se a ele, porque o Brasil precisa de sua participação, não como fiscal de um único homem, mas como vigilante ativo de seu próprio interesse!

*Deputado federal pelo PL de São Paulo

Aureliano lamenta o "desrespeito" no Rio

Rio — A propósito do incidente ocorrido quinta-feira, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde deveria proferir palestra durante a aula inaugural do curso de especialização em Política e Direito de Energia, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, distribuiu nota oficial ontem, no Rio, na qual expôs seu ponto-de-vista sobre o episódio.

Apesar de considerar que num regime democrático os cidadãos têm todo o direito de exprimir seus pensamentos, inclusive os de crítica ao governo, Aureliano Chaves salientou que existem regras que devem ser respeitadas para que esse direito não se transforme em abuso. O ministro lamentou que esses princípios não tenham sido observados por poucos alunos da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, quando convidado a proferir palestra.

A tarde, o ministro das Minas e Energia fez uma visita protocolar à Assembleia Legislativa.

Cotrim Neto. Ele qualificou o incidente de "um claro desrespeito", mais ao direito de crítica do que propriamente ao Governo do presidente José Sarney ou à pessoa do ministro das Minas e Energia, concluindo que "o fato em nada contribui para a boa prática democrática e para a consolidação das instituições".

Pela manhã, Aureliano Chaves entrevistou-se com o governador Moreira Franco, com quem conversou sobre a atual situação da Light, dizendo-se, a princípio, favorável à transferência das empresas concessionárias de energia aos governos estaduais. Ressaltou, porém, que o assunto demandará ainda algum tempo e estudo aprofundados, devidos às suas inúmeras implicações.

A tarde, o ministro das Minas e Energia fez uma visita protocolar à Assembleia Legislativa.

PFL diz que esquerda provocou os incidentes

O PFL responsabilizou as esquerdas pelos incidentes ocorridos com o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, na quinta-feira, quando foi impedido de falar no Caco (Centro Acadêmico da Faculdade de Direito), por aproximadamente 50 estudantes.

O líder José Lourenço (BA) atribuiu as "injustificadas agressões a jovens que, abraçando ideologias estranhas à nossa formação e manipulados por instrumentos políticos que conhecemos, relegam a respeitosa convivência democrática na frustrada tentativa de denegrir perante a opinião pública um dos homens mais qualificados e respeitados de nosso País".

INTRANSIGENCIA

O deputado Inocêncio de Oliveira, (PE), que estava ontem no exercício da liderança, considerou o episódio com o ministro Aureliano Chaves como da maior gravidade porque demonstra a intransigência política de alguns setores, que pretendem impor suas opiniões pela força. Estranhou que exatamente estudantes vinculados a Centro Acadêmico de uma Faculdade de Direito tenham impedido,

através de arruaças, a livre manifestação do pensamento.

A primeira ideia de Inocêncio foi organizar um grupo de parlamentares do PFL para comparecer ao Ministério das Minas e Energia a fim de hipotecar solidariedade a Aureliano Chaves. Como, porém, ele permanecia no Rio de Janeiro, Inocêncio resolveu adiar para a próxima semana, em data a ser marcada, uma homenagem pública a Aureliano Chaves.

É a seguinte a íntegra da mensagem do líder José Lourenço para o ministro Aureliano Chaves: "Em meu nome pessoal e no da bancada do Partido da Frente Liberal na Assembleia Nacional Constituinte, que tenho a honra de liderar, venho manifestar, caro Presidente de honra de nosso partido e estimado amigo, meu abraço de solidariedade diante das injustificadas agressões de jovens que, abraçando ideologias estranhas à nossa formação, e manipulados por instrumentos políticos que conhecemos, relegam a respeitosa convivência democrática na frustrada tentativa de denegrir perante a opinião pública um dos homens mais qualificados e respeitados do País".